

As férias de fim de ano que a maioria dos constituintes gozou em seus Estados parecem ter sido mais produtivas do que teria sido sua permanência em Brasília. O slogan "Constituinte já", lançado pelo presidente Ulysses Guimarães, e adotado pelos principais governadores e lideranças do PMDB, está agora na boca de todos (ou quase todos), até menos em função da sucessão presidencial do que do "alarmante e crescente descrédito da classe política", para usar a expressão de um influente senador nordestino, impressionado com o que viu e ouviu em sua região.

Como ele, outros parlamentares do Nordeste voltaram mais do que preocupados de suas bases, às quais não foi fácil explicar o que a "classe política" andava fazendo em Brasília, além das intermináveis discussões regimentais em torno do projeto constitucional, verificando ainda que é sensível a penetração das mensagens de Leonel Brizola e do PT de Lula nos antigos cufrais eleitorais.

Essa tomada de consciência dos parlamentares, mais evidente nos que fazem política não só nas capitais, pôde ser sentida anteontem quando, no segundo dia de retomada dos trabalhos da Assembléia Nacional, 400 constituintes estavam presentes no plenário da Câmara para aprovar a reforma do Regimento Interno, contra as expectativas dos próprios coordenadores do *Centrão*, que não esperavam tão cedo um quorum tão expressivo.

Os representantes mais diligentes do *Centrão*, do *Grupo dos 32* e do *Centrinho*, os grupos que acabarão por dar a forma final (a forma aceitável pela maioria absoluta dos constituintes) ao projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, mostram-se agora realmente dispostos a cumprir ao pé da letra os prazos mínimos regimentais, já que há entre eles mais convergências do que divergências quanto aos chamados pontos polêmicos do projeto. A esquerda radical vai sendo, como se viu na votação da reforma do regimento, cada vez mais marginalizada.

Na área dos direitos sociais, por exemplo, a proposta do *Grupo dos 32* no que tange à estabilidade ("relação de emprego, protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei") teve a acolhida do *Centrinho*, e tudo indica que a maioria do *Centrão* a aceitará. Há também acordo entre os grupos no que se refere às questões da imprescritibilidade das ações trabalhistas, pagamento de

horas extras, distribuição de derivados de petróleo, e à inclusão do terrorismo, ao lado da tortura, como crime inafiançável, sem direito à anistia ou indulto.

Assim é que os três grupos — descontada a minoria intolerante do *Centrão* — já reduziram ao mínimo os temas que demandarão discussões prolongadas e votações dramáticas em plenário, entre os quais a definição de empresa nacional, a de propriedade improdutiva para fins de desapropriação, e alguns capítulos do título "Da Ordem Social" (educação, saúde, previdência). Sem falar, é claro, na definição do sistema de governo e na fixação do mandato do atual e dos futuros presidentes.

A preocupação agora evidente dos constituintes com sua imagem fez com que voltasse a ganhar força a idéia de se votar, prioritariamente, o sistema de governo e, naturalmente, a duração do mandato do presidente Sarney que, por ser matéria das disposições transitórias, seria discutida só no final dos trabalhos da Assembléia, na melhor das hipóteses lá para o mês de abril. Constituintes da expressão do senador José Richa acham que é preciso queimar etapas, já que as "questões polêmicas" estão perfeitamente identificadas, balizadas e prontas para serem votadas, sobretudo se for tomado como documento referencial o trabalho do *Grupo dos 32*, o projeto *Hércules IV*. Mas, para isso, seria necessário definir de uma vez por todas o sistema de governo e o mandato do atual presidente, até para que este possa programar a etapa final de seu governo de transição, e o país possa se preparar para escolher um presidente ou aceitar um primeiro-ministro, enquanto os constituintes se dedicam a dar forma final a uma Carta que não deve ter seu clímax nas disposições transitórias.

O senador Richa acha que, se fosse dada prioridade à definição do sistema de governo e do mandato do presidente Sarney, estaria sendo "furado o tumor" que está provocando "as dores constitucionais". Mas ele considera difícil conseguir um amplo acordo de todas as lideranças da Constituinte a fim de que se modifique a liturgia da votação por capítulos, do preâmbulo às disposições transitórias.

A não ser que os constituintes passem a se preocupar, também, com o ruído dos pronunciamentos por eleições gerais, como o do ministro do Exército, no Recife, e se dêem conta de que furar logo o tumor a que se refere o senador Richa é também tornar menos polêmica a preservação de seus mandatos parlamentares.